

ORGANIZAÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO: PERÍODO 1890-1937. UMA VISÃO PARTICIPATIVA

Alessandra Graziella Miceli (UFF) alessandra_gmicelli@yahoo.com.br¹

Amanda dos Santos Lucas (UFF) amanda_sl@ig.com.br²

Lyvia Archer (UFF) lvviaarcher@gmail.com³

Raquel Torres Thomé (UFF) raquel.uff@gmail.com⁴

Resumo

O presente artigo pretende apresentar a visão e o envolvimento do graduando de Arquivologia mediante participação no Projeto “Organização do Acervo Arquivístico da Seção Judiciária do Rio de Janeiro: período 1890 – 1937”. Desde o tratamento documental, o convívio com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G), até a descoberta da riqueza histórica e informacional contida no grande número de processos penais acumulados durante o período. Fruto de um convênio entre o Tribunal Regional Federal – TRF com a Universidade Federal Fluminense – UFF e Fundação Euclides da Cunha – FEC, o projeto veio com a iniciativa de recuperar a massa documental abandonada em um galpão no bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, a fim de extrair e identificar o valor histórico desses processos. O projeto foi elaborado de modo interdisciplinar onde foram compreendidas as cadeiras de Arquivologia, História e Direito, além de estudantes de Ensino Médio e Técnico em auxílio à área conservação e restauração. No decorrer dos trabalhos, o valor histórico da documentação foi sendo identificado; um rico acervo composto de documentos assinados por grandes figuras como a Princesa Isabel, os presidentes Rui Barbosa e Getúlio Vargas, assim como o registro da história das grandes desapropriações na cidade como o Morro do Castelo de São Jorge e formação da antiga Avenida Suburbana. Essas são pequenas amostras do acervo que se encontrava à mercê de insetos e roedores no depósito do TRF. Além de tratar a documentação mais antiga do arquivo, o projeto veio em auxílio aos novos massos de processos que chegam diariamente. A visão da instituição vem mudando com relação à gestão e o tratamento documental, já existe um Arquivista no, hoje, Arquivo do TRF. Muitas barreiras hão de ser rompidas, e o tratamento da memória será feito desde sua origem e não somente no momento de sua guarda definitiva.

Palavras-chave: Arquivo Público. Memória. Preservação Documental

Abstract

This present article pretend to introduce the vision and involvement of Arquivology's graduating through participation into the project "Organização do Acervo Arquivístico da Seção Judiciária do Rio de Janeiro: período 1890 – 1937" (Organization of the Judicial Collection Archives Section of Rio de Janeiro: period 1890 – 1937). Since the documentary treatment, living together with the General Internacional Standart Archival Description ISAD (G), until the discovery of the riches of historical and informational content of the large number of criminal cases arising during the period. The result of an agreement between the Tribunal Regional Federal - TRF with the Universidade Federal Fluminense - UFF and Fundação Euclides da Cunha - FEC, the project came with the objective of recovering a lot of abandoned documents that was in a deposit located in the district of São Cristóvão, Rio de Janeiro, in order to extract and identify the historical value of these criminal cases. The project was prepared in a interdisciplinary way where the professionals and students of Arquivology, History and Law worked together, as well as students from technical high school working in the restoration and conservation area. During the work, the value of historical documentation has been identified; a rich collection composed of documents signed by major

¹ Graduando em Arquivologia, cursa o sexto período na Universidade Federal Fluminense.

² Graduando em Arquivologia, cursa o sexto período na Universidade Federal Fluminense.

³ Graduando e membro do Centro Acadêmico de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense, cursa o sexto período. É uma profissional certificada em Enterprise Content Management pela AIIM International.

⁴ Graduando em Arquivologia, cursa o sexto período na Universidade Federal Fluminense.

figures such as Princess Isabel and, the presidents Rui Barbosa and Getúlio Vargas, as the record in the history of major expropriations in the city as the Morro do Castelo de São Jorge and the construction of the old Avenida Suburbana. These are small samples of the documents that was among insects and rodents in the TRF deposit. Beyond the oldest file's documentation, the project came in aid to the new mass of cases that arrives daily. The vision of the institution has been changing about the management and the documentary's treatment, there is already an Archivist in today's TRF's File. Many barriers will be broken, and the treatment of memory will be done from its born and not just at the time of its final custody.

Keywords: Public Archive. Memory. Document Preservation

1 Introdução

Ao longo do último século a sociedade passa por um período de fortes mudanças através de indagações dos modelos apresentados que apontaram o desenvolvimento econômico e social. Segundo Jambeiro, a revolução da informação poderá modificar de forma permanente a educação, o trabalho, o governo, os serviços públicos, o lazer, as formas de organizar a sociedade e, em última análise, a própria definição de entendimento humano (JAMBEIRO, 1998, p.3).

O Projeto “Organização do Acervo Arquivístico da Seção Judiciária do Rio de Janeiro: período 1890-1937”, uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense – UFF, Fundação Euclides da Cunha – FEC e Tribunal Regional Federal – TRF surgiu da necessidade de organizar uma grande massa documental contida no galpão do dito Arquivo Central do TRF.

Ao optar pela recuperação dos documentos mantidos no galpão, o TRF junto a Seção Judiciária buscaram atender as determinações legais relacionadas a preservação e a gestão de arquivos públicos. O programa de Memória institucional focou o projeto em três segmentos: pesquisa acadêmica, responsabilidade social e compromisso com a democratização da informação.

O TRF ficou responsável pela elaboração do projeto, e o Núcleo de Documentação – NDC da UFF pela execução do mesmo. Para tal foi montada uma equipe interdisciplinar, formada por professores, doutores e mestres além de estudantes das cadeiras de Arquivologia, Ciência da Informação, História e Direito, e de nível técnico.

A máxima de que a “teoria não corresponde à prática” infelizmente está relacionada a este projeto, e o objetivo das autoras é justamente confrontar a apresentação do projeto na obra “Autos da memória: a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal” (SAMPAIO, BRANCO & LONGUI, 2006) com o real quadro vivenciado pelas partes, apresentado também em trabalhos de outros participantes.

Ao apresentar a problemática encontrada, é visada a reflexão do tratamento documental realizado, infra-estrutura disponibilizada, assim como relação de interesse e valorização dos profissionais envolvidos.

2 Fundamentação Teórica

Como base teórica para esse trabalho é necessária uma explicação sobre alguns conceitos fundamentais da Arquivologia para que se entenda o trabalho realizado no TRF e o torne possível.

Os conceitos aqui abordados serão de fundo, arquivos públicos, arquivos permanentes e descrição arquivística.

Considerando, num primeiro momento, tenha sido realizado uma avaliação do arquivo segundo os princípios fundamentais da Arquivologia (Princípio da proveniência, respeito aos fundos e princípio da ordem original) é necessário compreender o que vem a ser arquivos públicos.

Segundo o Dicionário de Brasileiro de Terminologia Arquivística, fundo é *“conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo.”* (DBTA, 2005, p. 97)

Bellotto, após apresentar definições de vários manuais e autores consagrados admiti em sua obra “Arquivos Permanentes: tratamento documental”:

O conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões lhe seja afim. (Bellotto, 2006, p.128)

A breve definição da TDA não nos dá uma explicação completa sobre o conceito, na qual Bellotto elucida de maneira extraordinária.

Pode-se notar que as duas definições expressas acima remetem ao princípio da proveniência (deixar agrupados documentos referentes ao mesmo produtor e não separá-los com os de outro produtor).

A partir dessas definições pode-se concluir que fundo é o conjunto de documentos produzidos ou recebidos orgânica e naturalmente por pessoa física ou jurídica ao longo do tempo em razão de suas funções e atividades.

Partindo do pressuposto que se entende o conceito de fundo, passemos para o conceito de arquivos públicos, já que o arquivo usado neste trabalho é de origem pública.

O DBTA possui duas definições de arquivo públicos que serão apresentados neste trabalho.

Primeira: “Arquivo de entidade coletiva pública, independente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país.” (DBTA, 2005, p.35)

Segunda: “*Integrante da administração pública*” (DBTA, 2005, p.35)

Diante disto, arquivo público é conjunto de documentos de uma entidade pública, independente de setores governamentais.

Pode apresentar-se num âmbito federal ou central (Arquivo Nacional), regional (Arquivo do Estado) e Municipal (Arquivo Municipal).

Com os dois conceitos explicados, pode-se chegar ao conceito principal de arquivos permanentes, cujo a documentação do TRF está centrada.

“*Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor.*” (DBTA, 2005:34), definição apresentada pelo Dicionário de Terminologia Arquivística.

Sendo assim, arquivos permanentes é o conjunto de documentos que já passaram de sua fase de tramitação e são recolhidos para um local de preservação definitiva.

De acordo com Paes, a função dos arquivos permanentes é :

Reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos oficiais, de uso corrente, ou seja, concentrar sob custódia, conservar e tornar acessíveis documentos não correntes, que possam tornar-se úteis para fins administrativos, pesquisas históricas e outros fins. (Paes, 2004, p.121).

Este é a função do arquivo do TRF, e de seu projeto, preservar a documentação permanente e principalmente, manter viva a memória do Rio de Janeiro.

E por último, a parte mais consistente do projeto, a descrição da documentação permanente do TRF.

O conceito de descrição é complicado, mas entende-se inicialmente como conjunto de processos teóricos e práticos para viabilizar o acesso a documentação através de instrumentos de pesquisa.

Paes conceitua descrição como uma das mais importantes atividades arquivísticas e define descrição como: “ *acesso aos documentos para consulta e divulgação do acervo.*” (Paes,

2004, p. 122).

Para Schellenberg, “os documentos são descritos estruturalmente, dando-se informação sobre natureza física dos mesmos e sobre os sistemas segundo os quais são arquivados e classificados.” (Schellenberg, 2006, p.289).

A partir dos conceitos mencionados, descrição é o processo teórico e prático que permite o acesso aos documentos de determinada entidade, através da criação de instrumentos de busca que refere-se a informações sobre a natureza física, como são arquivados e classificados a documentação.

O sistema de descrição usado no TRF é baseado no ISAD-(G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (2001) e ISAAR(CPF) – Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoais e Famílias(1998).

Posteriormente essas informações são digitadas numa base de dados, sendo utilizado o aplicativo CDS_ISIS FOR WINDOWS 1.5, com o objetivo de disponibilizar aos pesquisadores o resgate da história judiciária e de seus envolvidos.

O instrumento de pesquisa utilizado é o Inventário Analítico, importante porque visa assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; facilitar a recuperação e a troca de informação sobre documentos arquivísticos; possibilitar o compartilhamento de dados; tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação.

2.1 Norma ISAD(G)

O instrumento de pesquisa utilizado é o Inventário Analítico, importante porque visa assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; facilitar a recuperação e a troca de informação sobre documentos arquivísticos; possibilitar o compartilhamento de dados; tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação

Essa Norma estabelece diretrizes e regras gerais para a preparação de descrições arquivísticas, tendo por objetivo identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo, a fim de promover o acesso aos membros, que estão definidos em 26 elementos que podem ser combinados para construir a descrição de uma entidade arquivística.

As regras estão organizadas em sete áreas, cada qual com seu elemento de

informação descritiva:

- Área de identificação – destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição;
- Área de contextualização – destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição;
- Área de conteúdo e estrutura – destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição;
- Área de condições de acesso e de uso – destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição;
- Área de fontes relacionadas – destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição;
- Área de notas – destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas;
- Área de controle da descrição – destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada.

2.2 Norma ISAAR (CPF)

O objetivo primordial desta Norma é fornecer regras gerais para a normalização de descrições arquivísticas de produtores de documentos e do contexto da produção, possibilitando assim:

- O acesso a arquivos e documentos baseado no fornecimento de descrições desses mesmos documentos, com frequência diversa e fisicamente dispersa;
- Aos usuários a compreensão do contexto subjacente à produção e ao uso dos arquivos e documentos, de forma que possam melhor interpretar seus sentidos e significados;
- A identificação precisa dos produtores dos documentos, incorporando descrições dos relacionamentos entre diferentes entidades, especialmente documentando a mudança administrativa em entidades coletivas ou mudanças pessoais de circunstâncias em indivíduos e famílias;
- Intercâmbio dessas descrições entre instituições, sistemas e/ ou redes.

3 O Projeto

O Projeto “Organização do Acervo Arquivístico da Seção Judiciária do rio de

Janeiro: período 1890-1937” pertence ao programa “Preservação da Memória Institucional da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro” do Tribunal Regional Federal – TRF, como atividade de extensão, sendo respaldado pela resolução nº14/2005 do Conselho de Ensino e Pesquisa sendo definido como “processo educativo, cultural e científico representado por um conjunto de atividades visando articulação do ensino e da pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”.

O projeto teve início em maio de 2004, com previsão de 12 meses para sua execução. Foi desenvolvido tendo os seguintes objetivos:

- a) identificar e efetuar descrição arquivística dos volumes documentais produzidos e recebidos sob custódia das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (1890-1937);
- b) recuperar fisicamente o acervo histórico através de políticas de conservação;
- c) possibilitar recuperação eletrônica das informações essenciais do acervo mediante *Web*;
- d) armazenamento físico visando melhoria no atendimento ao usuário e otimização do acesso;
- e) disponibilização do acervo para pesquisadores.

3.1 Etapas

Desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, o projeto seguiu as etapas segundo o diagrama abaixo:



Figura 1 – Etapas Gerais do Projeto

3.2 Atividades

As atividades foram desenvolvidas de modo integrado e simultâneo com os grupos distintos, atuando nas áreas já apontadas.

O tratamento inicial da documentação é feito pela equipe de conservação formada por estudantes de 2º grau de nível técnico coordenados por um profissional da área. Atuando na elaboração de metodologias de higienização e na definição dos materiais utilizados para acondicionar os documentos: papel neutro e caixas de polionda branca. O manual de procedimentos e a ficha técnica referente às características físicas de cada processo, também foram desenvolvidas pela equipe.

À equipe de Arquivologia coube, primeiramente, a elaboração e definição dos instrumentos e manuais para seleção, descrição arquivística e acondicionamento. Responsabilizando-se pelo desenvolvimento de toda parte técnica da área. Aos estagiários e profissionais da Arquivologia coube a triagem e a descrição do Inventário Analítico, identificando os pontos essenciais para recuperação do contexto e conteúdo dos documentos, a fim de promover o acesso aos mesmos.

As equipes de História e Direito auxiliaram na descrição arquivística apontando os pontos de acesso relevantes para os pesquisadores das respectivas áreas, mas sempre acompanhados do parecer de um profissional da área arquivística; cooperando também na descrição nos campos de seus interesses, como: localização histórica, personalidades históricas e jurídicas, identificação de jurisprudência da época.

O registro dos dados em meio eletrônico a fim de disponibilizar as informações na *Web* foi realizada por estudantes da UFF de áreas não específicas. A inserção é feita na base de dados SJRJ. Entendida como uma coleção estruturada de informações, a base de dados eletrônica foi composta por registros estruturados de tamanho variável, nos quais os elementos de informação podem estar ausentes e/ ou podem ser repetitivos, sendo possível a recuperação de dados contidos em todos os campos, seja na forma de palavras marcadas (ou não), endereços de hipertexto e arquivos de imagens, de sons, de textos, compactados ou não, os quais podem ser anexados ao registro.

3.3 O Acervo

O acervo histórico da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro é formado por processos judiciais e considerado um dos acervos judiciais mais antigos do Brasil. Os

documentos compreendem o período entre 1890 e 1937, trazem informações sobre o final do Período Imperial, a República Velha e os primeiros anos do Governo Getúlio Vargas.

A documentação alvo do projeto encontrava-se misturada a uma grande massa documental de documentos produzidos que datavam desde 1890 até 1970, sem qualquer cuidado ou higienização.

Um material de extrema importância social e histórica que se encontrava completamente abandonado e amontoado no galpão no TRF, como se pode observar nas imagens abaixo:



Figura 2 – Situação da massa documental encontrada no galpão do TRF em 2004.



Figura 3 – Massa documental encontrada atrás do “muro” de processos apresentado na Figura 2.

Ao analisar processo a processo, a equipe foi encontrando uma infinidade de possibilidades e de descobertas tanto no campo da História, do Direito, como no campo da Conservação, e em outras áreas do conhecimento.

A riqueza dos documentos pode ser observada pela variedade de tipos de ações (*habeas corpus*, interdito proibitório, danos morais, execução fiscal e outras.) E dos documentos encontrados apensados, tais como: imposto sobre indústria e profissões, as penas d'água, plantas arquitetônicas, impostos prediais, apólices de seguro, certidão de nacionalidade, carteira de identidade com fotos assinadas, fotos de diversos ambientes, nota ou moeda falsas, notas fiscais, recortes de jornais [...], revistas diversas e outros documentos que podem elucidar diversos aspectos dos serviços prestados a população, do cotidiano e das lutas travadas pela população do Rio de Janeiro à época. (LÜCK, Esther Hermes; SAMPAIO, Maria da Penha Franco, *Sobre o projeto "Organização do Acervo Arquivístico da Seção Judiciária do Rio De Janeiro: Período 1890 – 1937"*. In: Autos da Memória: a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal. Rio de Janeiro, RJ. 2006, p.46).

Curiosidades e peculiaridades encontradas no acervo são descritas minuciosamente no trabalho *“Tratamento da documentação processual manuscrita do acervo do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro século XIX e XX - características e peculiaridades”* de Solange Barbosa Bittencourt e Rosangela Maria Gaudie Ley Meneses, profissionais da Arquivologia que participaram do projeto até o final do ano de 2007. Como um processo que possuía como partes uma prostituta e seu cliente, sendo a primeira parte autora da ação, na busca pelos seus direitos por ter recebido uma nota falsa como pagamento por seus serviços prestados.

História de pessoas, de bairros, de personalidades, da Cidade do Rio de Janeiro abandonada à revelia de qualquer identificação ou tratamento.

4 Problemática

Situado no bairro de São Cristóvão, um dos mais poluídos da cidade do Rio de Janeiro, o Arquivo do TRF não recebeu nenhum preparo físico eficaz para melhor guarda e manutenção da documentação. Alocado na antiga fábrica de perfumes e sabonetes Beija-Flor, o prédio não recebeu nenhuma adaptação para acomodar a documentação, tornando-se um grande galpão de caixas e maços de processos. A infra-estrutura do local é precária. O galpão do terceiro andar do prédio, onde se encontra localizada a massa documental tratada pelo projeto, possui um alto pé direito e pouca circulação de ar, grandes janelas de vidro na parte frontal do prédio não protegem a documentação do sol e do calor, no telhado uma grande clarabóia, sem manutenção, com seus vidros quebrados, permite a entrada de animais e água das chuvas.

A falta de conscientização e treinamento dos trabalhadores do departamento de Serviços Gerais faz com que não tenham o devido cuidado com a documentação que chega diariamente no arquivo. Não há um tratamento específico. A documentação do passado possuiu um destino aterrador, e possivelmente este será o futuro da documentação produzida atualmente.

Algumas melhorias poderiam ser feitas visando a qualidade do trabalho como o aumento do prazo do trabalho do projeto estendendo o tratamento da documentação a todos os processos que não foram inclusos na massa documental descrita, além de uma benfeitoria na infra-estrutura local adequada em busca de um condicionamento ideal para os processos.

Objetivando a Gestão da Documentação que chega diariamente ao Arquivo da Justiça Federal, no ano de 2007 foi contratado um Arquivista, o que mostra a mudança da visão da instituição, com relação aos seus arquivos, mas muitos posicionamentos ainda têm que mudar, para obter-se um funcionamento ideal e eficaz do Arquivo.

5 Considerações Finais

Muitos aspectos no sentido de possibilitar o acesso ao público do acervo contido no Arquivo do TRF ainda estão em andamento. A adequação de um espaço que vise um atendimento aos pesquisadores e público em geral, além das medidas para a conservação do acervo, estão esperando os trâmite burocráticos e a disponibilidade de verbas. O projeto ainda está em andamento, o que nos traz a esperança destas medidas serem implementadas.

A iniciativa da parceira do TRF com a UFF e a FEC, foi e é louvável, sobre isso não há discussão; mas há de rever os pontos apontados afim obter um pleno e eficaz funcionamento do Arquivo, como um todo, tanto da documentação intermediária como a permanente.

A continuação do projeto faz-se necessária para identificar toda a documentação acumulada nos galpões. Além da elaboração de um planejamento de gestão documental, para que mais informações não sejam perdidas no montante documental.

A organização e identificação da massa por si só não resolvem o problema da documentação do judiciário do Rio de Janeiro, pois não há infra-estrutura no local para receber pesquisadores. É necessária a criação de um Centro de Documentação da Justiça Federal no Rio de Janeiro, a fim de tratar toda a documentação que se encontra e se

encontrará sob custódia do Arquivo.

A memória da cidade do Rio de Janeiro não pode continuar sendo “amontoadá” em um galpão. O tratamento informacional desde o nascedouro faz-se necessário e apresenta-se primordial para a manutenção da História.

Referências

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Permanentes: tratamento documental. FGV. 4ª Ed. Rio de Janeiro, 2006.

BITTENCOURT, Solange Barbosa & MENESES, Rosângela Maria Gaudie Ley. Tratamento da documentação processual manuscrita do acervo do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro século XIX e XX - características e peculiaridades. Anais do III Congresso Nacional de Arquivologia, 2008.

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.30 cm. – Publicações Técnicas nº 51.

ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000

JAMBEIRO, O. Gestão e tratamento da informação na sociedade tecnológica. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.12, n.4, 1998. p.3-10.

PAES, Marilena Leite. Arquivo Teoria e Prática. FGV, 3ª Ed. Rio de Janeiro, 2004.

SHELEMBERG, T.R. Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas. 6ª edição. Editora FGV. Tradução: Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro. 2006.

SAMPAIO, Maria da Penha Franco, BRANCO, Maria do Socorro & LONGHI, Patrícia (Coordenação). Autos da Memória: a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal. Rio de Janeiro, RJ, 2006.

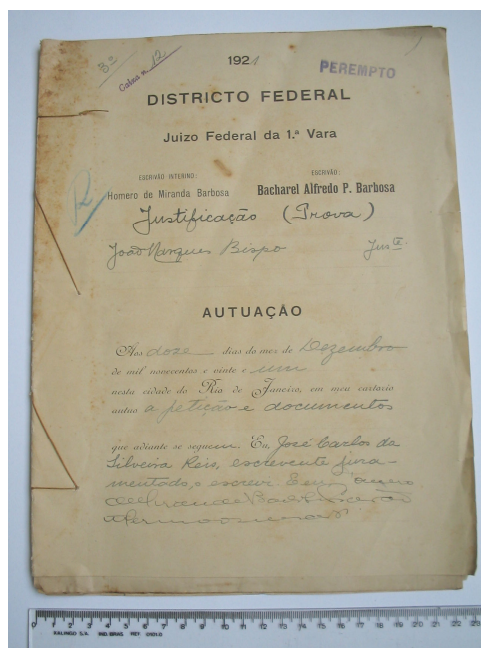
ANEXOS



Anexo 1 – Situação do Arquivo do TRF durante a triagem inicial.



Anexo 2 – Fase de higienização da documentação.



Anexo 3 – Exemplar da documentação tratada pelo projeto.



Anexo 4 – Ambiente operacional do Arquivo. Estagiários atuando na descrição da documentação.



Anexo 5 – Acondicionamento final da documentação.